



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 638368 - SP (2021/0000714-7)

RELATOR : **MINISTRO REYNALDO SOARES DA FONSECA**
IMPETRANTE : MAURICIO ROSA JUNIOR E OUTRO
ADVOGADOS : MAURÍCIO ROSA JÚNIOR - SP396508
ALESSANDRA CRISTINA ROSA - SP436446
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : FLORISVALDO DOS SANTOS (PRESO)
CORRÉU : EDUARDO ROSA DO NASCIMENTO
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de FLORISVALDO DOS SANTOS em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO (HC N. 2285571-23.2020.8.26.0000).

O paciente encontra-se preso preventivamente, em decorrência de conversão de anterior prisão em flagrante em prisão preventiva, pela suposta prática do crime de tráfico de drogas.

Os impetrantes sustentam que: (1) carece de fundamentação a decisão que negou a aplicação ao paciente de outras cautelares diversas da prisão, previstas no art. 319 do Código de Processo Penal; (2) ausente fundamentação idônea apta a amparar o decreto da segregação cautelar; (3) é cabível a liberdade provisória em casos de prática de crime de tráfico de drogas; (4) a precariedade das condições das unidades prisionais nacionais impõe que seja concedida a liberdade provisória ao paciente, tendo em vista o elevado risco à sua saúde e sua vida.

Requerem, liminarmente, a revogação da prisão preventiva ou a concessão de medida cautelar diversa da prisão. No mérito, pugnam pela concessão da ordem para que se confirme a liminar deferida.

É, no essencial, o relatório. Decido.

A matéria não pode ser apreciada pelo Superior Tribunal de Justiça, pois não foi examinada pelo Tribunal de origem, que ainda não julgou o mérito do *writ* originário.

A jurisprudência do STJ firmou-se no sentido de que não cabe *habeas corpus*

contra indeferimento de pedido de liminar em outro *writ*, salvo no caso de flagrante ilegalidade, conforme demonstra o seguinte precedente:

AGRAVO REGIMENTAL NO *HABEAS CORPUS*. EXECUÇÃO PENAL. CUMPRIMENTO DE PENA EM PRISÃO DOMICILIAR. RECOMENDAÇÃO 62/2020 DO CNJ. COVID-19. GRUPO DE RISCO. CRIME VIOLENTO. CONDIÇÃO DE SAÚDE. AUSÊNCIA DE DEMONSTRAÇÃO DE POSSIBILIDADE DE AGRAVAMENTO. RECÁLCULO DA PENA. INOVAÇÃO RECURSAL. SUPRESSÃO DE INSTÂNCIA. ILEGALIDADE. AUSÊNCIA. AGRAVO IMPROVIDO.

[...]

3. A matéria relativa ao recálculo da pena para fins de progressão de regime, além de representar indevida inovação recursal, não foi objeto de análise pelo Tribunal de origem, motivo pelo qual esse ponto não poderá ser conhecido por esta Corte Superior, sob pena de indevida supressão de instância.

4. Agravo regimental improvido. (AgRg no HC n. 579.110/SP, relator Ministro Nefi Cordeiro, Sexta Turma, DJe de 14/9/2020.)

Confira-se também a Súmula n. 691 do STF: “Não compete ao Supremo Tribunal Federal conhecer de *habeas corpus* impetrado contra decisão do Relator que, em *habeas corpus* requerido a tribunal superior, indefere a liminar.”

No caso, não visualizo, em juízo sumário, manifesta ilegalidade que autorize o afastamento da aplicação do mencionado verbete.

Ante o exposto, com fundamento no art. 21, XIII, *c*, *c/c* o art. 210 do RISTJ, indefiro liminarmente o presente *habeas corpus*.

Cientifique-se o Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 06 de janeiro de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS

Presidente